

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP recebeu uma carta aberta assinada por trabalhadores com vínculos precários de vários Laboratórios do Estado, designadamente, LNEC, INSA, IPMA, INIAV e LNEG. Denunciam os signatários que “os trabalhadores (investigadores e técnicos) dos laboratórios do Estado (LE) que apresentaram o requerimento para a regularização da sua situação laboral por meio do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) ainda não têm a sua situação resolvida.”

É ainda referido que “no debate sobre o PREVPAP, realizado a 26 de Abril de 2019, o senhor ministro das Finanças, Mário Centeno, afirmou que a resolução da situação dos LE estava a ser concluída e que os concursos poderiam ser abertos ainda em Maio.” Note-se que esta resposta foi precisamente dada a uma pergunta do Grupo Parlamentar do PCP e que, de acordo com a carta aberta, “três meses passaram sobre o debate, e estes trabalhadores continuam sem ter a situação resolvida.”

Os dados enviados pelos trabalhadores com vínculos precários dos Laboratórios do Estado indicam que o número de processos do PREVPAP homologados referentes a doutorados é:

- 0 (zero) no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), havendo 111 pareceres favoráveis a aguardar homologação (investigadores e técnicos), dos quais se destacam 25 bolsas já cessadas;
- 26 no Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA), dos quais quatro investigadores convidados tiveram os seus concursos abertos e um foi integrado como técnico superior;

- 34 no Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), não tendo sido ainda aberto qualquer concurso;
- 15 no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), sendo que um ingressou na carreira de investigação noutra instituição;
- 5 no Instituto Hidrográfico (IH), tendo dois doutorados ingressado na carreira de investigação científica e três sido integrados como técnicos superiores;
- 15 no Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), não tendo sido ainda aberto qualquer concurso;
- 2 na Direção-geral do Território (DGT).

Conforme o PCP tem denunciado por diversas vezes, a situação no LNEC é dramática para vários trabalhadores. Apesar de existirem 111 pareceres positivos, de acordo com a carta aberta, estes trabalhadores “continuam sem ter a correspondente homologação ministerial, e, conseqüentemente, sem nenhuma protecção, havendo, à data, 25 requerentes sem remuneração, por cessação dos seus contratos de bolsa. Neste caso não são só os requerentes investigadores que têm o processo por concluir, também os técnicos têm o processo inacabado, havendo um enorme atraso relativamente ao já ocorrido nos restantes LE, nos quais pelos menos os técnicos viram os respectivos concursos abertos e vínculos regularizados.”

A carta termina fazendo um apelo no sentido de existir “uma decisão favorável à contratação dos investigadores e técnicos dos LE homologados pelo PREVPAP, bem como à homologação e conseqüente andamento do processo PREVPAP no LNEC com a maior urgência possível, de forma que se resolva a situação destes investigadores e técnicos, que desempenham funções permanentes e absolutamente essenciais ao prosseguimento da missão das instituições em que trabalham.”

O PCP acompanha a justa reivindicação e a luta dos trabalhadores dos Laboratórios do Estado em defesa do direito ao trabalho e à segurança no emprego e na exigência de que a cada posto de trabalho permanente corresponda um vínculo efetivo.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, solicita-se a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério das Finanças, as seguintes questões:

1. Que resposta vai o Governo dar a todos os requerentes do PREVPAP dos Laboratórios do Estado que continuam com a sua vida em suspenso, seja por falta de homologação ou por falta de abertura do respetivo concurso? Quando?
2. Tendo em conta as declarações do senhor Ministro das Finanças no debate realizado em Plenário da Assembleia da República em 26 de abril de 2019 e o seu incumprimento, assume o Governo que falhou para com a finalização do processo de regularização dos vínculos nos Laboratórios do Estado então anunciada?
3. Que medidas urgentes vai o Governo tomar no sentido de que a cada posto de trabalho permanente corresponda de facto um vínculo efetivo, em todas as carreiras da Administração Pública e em todos os Laboratórios do Estado?

4. Como vai o Governo, no âmbito do Emprego Público, resolver a situação dos trabalhadores do LNEC requerentes do PREVPAP que ficaram sem remuneração por cessação dos seus contratos de bolsa e devido à não homologação dos seus requerimentos de regularização?

Palácio de São Bento, 29 de julho de 2019

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

RITA RATO(PCP)